

ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI
Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Repudia as atitudes do presidente da comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal; relata visita ao Hospital Infantil Joana de Gusmão.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Reporta-se à visita realizada ao Hospital Infantil Joana de Gusmão.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pede providências para resolução dos problemas do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Comunica que trará esclarecimentos à Casa sobre o financiamento de R\$ 3 bilhões junto ao BNDES.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Dá conta do relatório da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas sobre a combinação álcool e direção em SC.

Partidos Políticos

DEPUTADO VALMIR COMIN - Defende a utilização do carvão mineral na matriz energética do país.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o deputado Valmir Comin pela defesa do carvão catarinense.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Retoma a questão da aplicação de empréstimo do BNDES; posiciona-se sobre a questão dos *royalties* do petróleo.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Reflete sobre o Dia Mundial da Água.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta o deputado Gilmar Knaesel pelo tema abordado.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença de três vereadores de Sombrio.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Comunica a presença do prefeito e vice-prefeito de Sul Brasil.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Anuncia a presença de vereadores de Itapoá.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Expõe seus propósitos como novo líder do governo.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o deputado Aldo Schneider pela condução à liderança do governo.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Parabeniza o deputado Aldo Schneider pela condução à liderança do governo.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Parabeniza o deputado Aldo Schneider pela condução à liderança do governo.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Parabeniza o deputado Aldo Schneider pela condução à liderança do governo.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda a questão da segurança pública no estado.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Reporta-se aos bons exemplos na área da segurança.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Elogia experiência de política pública para as mulheres implementada em Dionísio Cerqueira.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem)- Agradece a presença de comitiva de Bela Vista do Toldo.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do vereador Jeferson Luis de Oliveira, de Jaraguá do Sul.

Ordem do Dia

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Solicita a apreciação da redação final do PL n. 0035/2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, hoje o PCdoB tem o seu horário, portanto, vou dedicar este tempo a dois temas, pois depois ainda quero desenvolver um pouco mais sobre a visita que fizemos hoje ao Hospital Infantil Joana de Gusmão, particularmente à

realocação das crianças que ocupam o setor de Oncologia.

Quero abrir a minha fala de hoje mencionando que esta Casa ontem, por ampla maioria, aprovou o requerimento de minha autoria pedindo que o Congresso Nacional reveja sua posição quanto a elevar à condição de presidente da comissão de Direitos Humanos um parlamentar que não esconde a sua posição contrária à população negra do país e contrária também aos direitos das pessoas não heteronormativas.

Não bastasse isso, hoje o jornal *O Globo* publica trechos de um livro do mesmo parlamentar, *Religião e Política*, no qual ele diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Quando você estimula uma mulher a ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como mãe começa a ficar anulada, e, para que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos." [sic]

Na insanidade desse parlamentar, a mulher que trabalha é uma mulher lésbica e estamos conduzindo as coisas visando a uma sociedade catastrófica, homossexual, que não vai gerar mais filhos.

Esse é o presidente da comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal da República Federativa do Brasil.

Portanto, quero dizer aqui, usando a fala horrorosa desse parlamentar, que nós, mulheres que há um século lutamos pela igualdade, segundo dados da própria ONU, vamos levar mais um século para conquistar essa igualdade. Nós, que vivemos num estado aonde a desigualdade salarial entre homens e mulheres chega a 60%; nós, que lutamos para não sofrer violência de gênero; nós, que ainda convivemos com estupros coletivos; nós, que a cada 15 segundos sofremos violência, reafirmamos que a luta das mulheres não é somente a luta pela igualdade, é a luta da sociedade por construir um mundo mais justo e fraterno.

Eu tenho absoluta convicção de que valores que

historicamente são tidos como femininos, como empatia, compaixão e solidariedade, na verdade não o são apenas femininos, são valores que devem nortear todos os que querem construir uma nova sociedade, um novo tempo.

Quero milhares de mulheres nos espaços de poder, milhões de mulheres nos espaços de trabalho, e isso não afeta a minha opção sexual, mas se afetasse não era assunto do deputado, menos ainda de um deputado que preside a comissão de Direitos Humanos.

Por isso é que o Brasil inteiro se levantou contra as palavras desse deputado, porque não estamos falando apenas de um parlamentar que tem uma visão muito esquisita de mundo, o fato é que ele ocupa a presidência da comissão de Direitos Humanos da mais alta Casa Legislativa do país. Logo, suas declarações são uma afronta à população negra, uma afronta às pessoas não heteronormativas.

Essa foi a razão desta Casa ter aprovado um requerimento ontem, pois tenho certeza de que se não fizermos nada para mudar esse quadro, se esse parlamentar continuar à frente da comissão de Direitos Humanos, o nosso silêncio será cúmplice.

Nós, aqui em Santa Catarina, dissemos que não aceitamos isso. Eu tenho certeza de que outros parlamentos vão-se reunir para repudiar também. Se isso vai redundar em ação concreta, eu não sei. Muitas vezes a causa é justa, mas nem por isso ela é vitoriosa.

Contudo, esta Casa dorme em paz sabendo que ao menos disse que não concorda com isso. É desrespeitoso com as mulheres quando é falado isso numa mesa de bar. O que fez esse presidente da comissão de Direitos Humanos com essa fala foi desrespeitar, afrontar, a Constituição do nosso país, que prevê plena igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Gostaria de mencionar também - e certamente o deputado Volnei Morastoni e a deputada Ana Paula Lima subirão à tribuna para tratar do mesmo tema - que hoje fomos novamente ao Hospital Infantil Joana de Gusmão. Novamente porque, também sob a

presidência da comissão de Saúde, representada pelo deputado Volnei Morastoni, eu e a deputada Ana Paula Lima estivemos, no ano passado, no curso da greve, visitando o Hospital Infantil Joana de Gusmão e lá vimos profissionais abnegados, profissionais dedicados, gente que tem paixão pelo que faz, mas que trabalha em péssimas condições.

Ainda agora, na comissão de Constituição e Justiça e também na comissão de Finanças e Tributação, debatíamos sobre o empréstimo de R\$ 3 milhões que o governo do estado contraiu junto ao BNDES, com aval do governo federal, ou seja, um acordo que foi construído entre o governo do estado e o governo federal, e ainda não sabemos para onde esse dinheiro vai. Foi uma demanda que a deputada Ana Paula Lima apresentou, foi aprovada e certamente será importante sabermos para onde vai esse dinheiro.

Mas hoje fomos ao Hospital Infantil Joana de Gusmão e tratamos da questão da ala da Oncologia. Vocês imaginem para quem é pai, para quem é mãe, ter um filho com câncer e não saber onde ele vai ficar no dia seguinte, se vai ficar num lugar, se vai ficar em outro, pois havia uma série de informações desconstruídas dizendo que o lugar não era salubre.

E nós construímos um bom acordo, deputado Volnei Morastoni, com a presença do secretário Dalmo Claro de Oliveira, com a presença do diretor Roberto Moraes e com pais e mães, para dar garantia que aquelas crianças só serão transferidas para outra ala quando ela tiver um parecer técnico positivo, a fim de que a mudança não seja apenas uma troca de endereço.

Mas é preciso dizer também que visitamos a UTI do Hospital Infantil Joana de Gusmão, hospital de referência no tratamento de nossas crianças, e lá constatamos que há goteiras de água suja ao lado de um respirador. Há lá oito salas para cirurgia e só quatro são utilizadas. As outras quatro nunca foram utilizadas desde a inauguração do hospital.

Tive a impressão de que há disposição do secretário Dalmo Claro de Oliveira de que sejam agilizadas as obras do setor original de

Oncologia, para deslocar a UTI e podermos dar segurança aos pais e mães que terão seus filhos transferidos.

Num hospital como o Joana de Gusmão, nas condições em que se encontra, se não atacarmos a questão da infraestrutura, ou seja, a parte de reforma, será o caos completo, pois é impressionante a dificuldade que se vê de toda ordem.

Um uma auditoria feita no próprio hospital infantil falava de 400 profissionais que precisam ser admitidos. O governo liberou agora 233 profissionais para quatro unidades hospitalares de Florianópolis e cerca de 70 deles vão para o João de Gusmão. É um avanço, mais é muito pouco. Se não centrarmos fogo, se o Pacto por Santa Catarina não envolver saúde, educação e segurança e, portanto, alocar profissionais remunerados de forma condizente, nada se vai resolver. Não precisamos de mais hospitais, precisamos da plena capacidade de funcionamento para as unidades hospitalares que já temos. Se nós não resolvemos as duas grandes questões de fundo, pessoal e infraestrutura, estaremos discutindo perfumaria para o resto dos nossos dias. Precisamos que efetivamente a prioridade na saúde seja atacar as grandes questões, o resto é perfumaria!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Inscrito o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje pela manhã fizemos uma visita ao Hospital Infantil Joana de Gusmão, juntamente com as deputadas Ana Paula Lima e Angela Albino. Já é a quarta visita que faço pela comissão de Saúde àquele hospital nos dois últimos anos e os problemas são sempre os mesmos e só se agravam.

Eu sou médico pediatra, já faz muito tempo que sou médico, mais de 30 anos. Eu trabalhei durante muitos anos em serviço de pronto-socorro, em serviço de emergência. Atendi crianças nas

situações mais dramáticas e vi muitas crianças morrendo. Eu já tive a oportunidade de participar de diagnósticos muito difíceis para uma criança e para uma família. Eu também fui aprendendo a conviver com essas situações, mas sabendo me colocar acima do problema, senão não conseguiria atender e resolver as doenças. E ao longo desses anos foram muitas situações de vidas que me deixaram sempre muito consternado, muito emocionado, já que sempre lutei pela humanização da saúde.

Achei importante quando o ministério da Saúde lançou um programa chamado Humaniza SUS. Sempre abracei essa causa, porque acho que mais importante do que todos os equipamentos colocados à disposição do paciente é o acolhimento. Lutei intensamente nos meus primeiros anos de médico pediatra em Itajaí pelo direito da mãe de acompanhar a criança hospitalizada. As crianças eram internadas, amarradas na cama, muitas vezes não ganhavam comida, remédio e morriam. Se a mãe estivesse ao seu lado, seria uma enfermeira "gratuita" entre aspas. Uma enfermeira que ajudaria a dar o remédio e a comida, a dar o banho e a levar a criança para fazer os exames. Assim a criança recuperaria mais rápido.

A humanização para este deputado sempre foi a essência da medicina. Por isso também se apaixonou pela homeopatia, porque ela tem o sentido holístico do ser humano.

Mas hoje pela manhã me contive para não chorar. Fiquei muito emocionado e disfarcei, dentro do setor de Oncologia, que acolhe as crianças com câncer do Hospital Joana de Gusmão, ao ouvir o clamor, o grito e o pedido de socorro daquelas mães. Não é possível que o governador e o secretário da Saúde não se sensibilizem.

Portanto, decidi vir hoje aqui, como tenho vindo reiteradamente - e deixo de falar de outros assuntos porque os assuntos da saúde são intermináveis -, para trazer esse clamor ao governador Raimundo Colombo. O secretário da Saúde estava conosco, mas numa passividade incrível, numa situação em que é preciso voz ativa, comando.

Apelo ao governador Raimundo Colombo que assine um TAC com o Ministério Público Estadual para tratar de dois assuntos inadiáveis, especificamente sobre o Hospital Joana Gusmão, e nem vou falar dos outros hospitais agora.

O primeiro problema é relativo aos recursos humanos. O governador acaba de mandar setenta e poucos servidores para aquele hospital, mas são necessários, no mínimo, mais 250. Nós passamos pelos corredores e vimos as salas de espera abarrotadas. O hospital está entupido. Chegam pessoas de todo o estado. É um hospital referência em pediatria no estado de Santa Catarina. Estou pedindo até em nome do dr. Marcílio, que estava nos acompanhando em nome do Ministério Público, que disse: "Deputado, por favor, ajude-me! Peça ao governador para assinar um TAC. Não adianta ajuizar, porque aí parece que o governador quer, mas acaba na vala comum das coisas que não se resolvem. Ele precisa assinar um TAC."

O segundo ponto se trata das questões sanitárias do hospital. As crianças da Oncologia - que a direção está transferindo para outro setor - já haviam sido transferidas do espaço original. Era para ser por 30, 40, 60 dias e já faz um ano que a reforma não se completa e agora vão transferi-las para outro local por mais 30, 40 dias ou sabe-se lá até quando! E transferir crianças portadoras de câncer para outro local não é adequado, pois elas têm baixa imunidade. É só facilitar que elas pegam uma infecção que pode custar suas vidas. Então, o choro das mães, o clamor das mães e dos pais é mais do que justo.

No final da nossa negociação ficou acertado que elas até podem ser transferidas, mas mediante parecer técnico da comissão de infecção hospitalar, a fim de garantir minimamente que em outro local as crianças não vão morrer por infecção.

Mas perguntam: por que isso? Por que essa transferência? Por quê? Porque é preciso reformar a UTI. Nós entramos na UTI e havia baldes colocados no chão, pois há goteiras em vários pontos. Vários setores da UTI estão inutilizados.

Apenas seis leitos estão ativados. Crianças nossas estão sendo levadas para UTIs de outros estados.

A reforma está andando já faz um ano, mas está atrasada. Quando ficar pronta vai ter 20 leitos. Era para trabalhar dia e noite, sábado e domingo sem parar, mas não é isso que acontece. E querem ir para o setor de Oncologia... Por quê? Porque lá existe a infraestrutura mínima de uma pré-UTI. Mas isso não pode ser feito à custa das crianças portadoras de câncer!

Por favor, governador! Por favor, secretário da Saúde! Não há mais o que falar! No mínimo um TAC tem que ser assinado para colocar um prazo definitivo de compromisso e responsabilidade para que essas questões do Hospital Infantil Joana de Gusmão sejam resolvidas.

Eu pedi ao secretário Dalmo Claro de Oliveira que, por favor, agilizasse as coisas. Onde estão as redes de atenção? A Rede Cegonha, que é a rede materno-infantil, está a zero em Santa Catarina. Não dá para continuar de costas para a saúde, para o ministério da Saúde. Nós temos que andar mais rápido, porque são vidas de crianças estão em risco e não podemos continuar titubeando...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Srs. deputados, queremos registrar a presença do vereador Euclides Coelho, de Garopaba.

Seja bem-vindo!

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Manoel Mota, que dirige esta sessão, deputados Volnei Morastoni, Neodi Saretta e Maurício Eskudlark, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Eu comentava com o deputado Neodi Saretta que o meu assunto será a extensão das falas dos deputados Volnei Morastoni e Angela Albino.

Srs. deputados, eu gostaria que viessem para esta tribuna todos os parlamentares para falar de um assunto tão importante que é a questão da

saúde. Há um dito popular que diz que não adianta tapar o sol com a peneira.

Deputado Volnei Morastoni, nós, da Oposição crítica ao governo Raimundo Colombo, temos sinalizado alguns encaminhamentos, algumas sugestões para melhorar, inclusive, o desempenho do governo de Raimundo Colombo em várias áreas, mormente na educação, na segurança pública e na saúde. Mas parece que o caos tem que se estabelecer para daí o governo tomar algum posicionamento, a exemplo do que verificamos no ano passado, deputado Manoel Mota, em relação à segurança pública.

Sou solidária com a deputada Ada De Luca, que está na secretaria da Justiça e Cidadania, que luta em função da falta de recursos para contratação de pessoal e de investimentos na construção de presídios e penitenciárias. Mas a verdade é que o caos está estabelecido e isso acontece também por falta de políticas públicas, principalmente para os jovens apenados.

Ora, alegar que o estado de Santa Catarina tem 17 mil presos, que nos últimos dez anos a população carcerária aumentou significativamente não convence. É hora de o governo parar e dizer onde está errado, aonde tem que investir, porque não adianta construir presídios e penitenciárias para abrigar essa população, se o problema está na falta de investimentos em políticas públicas. Daqui a pouco o estado catarinense estará com 30 mil presos e o governo não vai dar conta.

Ficaria feliz, deputada Luciane Carminatti, se tivéssemos reformado e construído mais escolas, se pagássemos um salário digno para o professor. Mas pasmem os senhores, a pirâmide está invertida e o governo tem que parar e dizer para onde vamos, o que queremos e como vamos achar a solução para os problemas emergenciais.

Dizia o governador, em uma audiência em que fui sobre a questão, deputado Ismael dos Santos, da construção de uma penitenciária na região do vale do Itajaí, que um preso custa para o estado R\$ 2.800,00/mês, ou seja, mais do que o salário de um professor da rede pública estadual! Ora, há uma

inversão de valores éticos e morais! O governo tem que parar para pensar e mudar suas ações.

O Parlamento catarinense tem auxiliado muito o governo, principalmente na aprovação de projetos visando melhorar a qualidade de vida da nossa população. E um exemplo é o que eu relatei na comissão de Constituição e Justiça e que trata de um empréstimo de R\$ 3 bilhões para investimentos. Mas quero saber, deputado Darci de Matos, aonde esse dinheiro será colocado! Ainda não sabemos, mas temos que estar atentos porque é dinheiro público, é dinheiro que tem que ser investido em várias ações governamentais. Esse projeto foi aprovado no ano passado e voltou agora a esta Casa para ser votado em regime de urgência. É lamentável. O governo está desconectado. O governador está com problemas entre os seus secretários. Tem que cobrar dos secretários o dever de casa.

Falo aqui, srs. e sras. parlamentares, sobre um problema para o qual estamos alertando através da comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, que já é do conhecimento de todo o Ministério Público de Santa Catarina. Recebi, inclusive, minutos atrás, um telefonema do dr. Lio Marcos Marin, preocupado com essa situação e, quero crer, vai haver uma intervenção do referido órgão para resolver essa situação do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Quero aqui elogiar o trabalho dos profissionais da área de enfermagem e da área médica daquele hospital, que são competentes o suficiente, haja vista que é um hospital de referência no estado de Santa Catarina. Mas a questão da gestão da saúde é nota zero, porque as obras de reforma da UTI do Hospital Infantil Joana de Gusmão estão há mais de dois anos para ser concluídas, deputada Angela Albino! E agora querem penalizar ainda mais as crianças oriundas de vários municípios do estado de Santa Catarina, que já vêm debilitadas para tratar uma doença para a qual, infelizmente, ainda não acharam a cura, mas que pode ser minimizada através da quimioterapia.

Por isso, num acordo realizado nessa visita

que fizemos hoje de manhã, ficou decidido que qualquer transferência das crianças portadoras de câncer terá que ser precedida de parecer técnico da equipe de enfermagem e da direção do hospital e, principalmente, da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar.

Na conversa com o procurador de Justiça, dr. Lio Marcos Marin, afirmei que se alguma criança morrer na transferência eu quero saber de quem é a culpa, porque elas estão sendo penalizadas há nove meses. E o secretário estadual de Saúde já sabia disso. A direção do hospital já sabia e o governo do estado já sabia.

No ano passado, quando estivemos numa visita àquele hospital, verificamos que a obra estava parada, deputado Volnei Morastoni, mas nos disseram que ela iria ser concluída em breve. Mas a verdade é que a obra, srs. deputados, teve início somente nesta semana, depois do levante feito por mães e pais das crianças que estão em tratamento contra o câncer. Só por isso é que a obra recomeçou. O compromisso do secretário, assumido hoje pela manhã, é que a obra vai terminar em 30 dias. Vamos estar vigilantes.

Mas não param aí os problemas do Hospital Infantil Joana de Gusmão, pois faltam, sim, funcionários. Agora liberaram 70 funcionários, mas ainda é muito pouco devido à grande demanda de atendimento às crianças de todo o estado de Santa Catarina.

Então, quando verificamos e analisamos um projeto de financiamento de R\$ 3 bilhões, queremos saber quanto desse recurso vai para o Hospital Infantil Joana de Gusmão, a fim de terminar as obras que estão há anos paradas por falta de gestão pública. É essa a nossa pergunta, deputado Aldo Schneider, porque estamos aqui para fazer as leis para o estado de Santa Catarina e, mais do que isso, para fiscalizar as obras e saber aonde estão sendo alocados os recursos públicos.

O nosso pedido para o governador do estado de Santa Catarina é que se sensibilize com o problema das crianças do setor de Oncologia do Hospital Infantil Joana de Gusmão, para que elas sejam

acomodadas devidamente e façam o tratamento com tranquilidade, a fim de que seja amenizado o seu sofrimento, assim como o sofrimento dos seus pais.

As crianças portadoras de câncer, srs. parlamentares, têm baixíssima imunidade e são muito propensas a adquirir qualquer tipo de infecção. Por isso a preocupação dos médicos e da equipe de enfermagem que lidam no setor de Oncologia com a transferência para outro setor, porque não existe a garantia da segurança do tratamento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Na condição de líder do governo, quero comunicar ao Plenário que na reunião da comissão de Finanças e da comissão de Constituição e Justiça, realizada há poucos minutos, assumimos o compromisso, na condição de líder do governo, de que na próxima semana traremos explicitados todos os investimentos referentes ao financiamento a ser contratado junto ao BNDES, no valor de R\$ 3 bilhões.

Entendemos que são pertinentes as dúvidas dos parlamentares e já entramos em contato com as secretarias da Casa Civil e do Planejamento, para que o mais rapidamente possível possamos informar aos parlamentares sobre os investimentos com esses R\$ 3 bilhões.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Eminentíssimo deputado Aldo Schneider, eu viajei para Brasília e quando voltei tive a satisfação de saber que v.exa. é o novo líder do governo. Como já fez um belo trabalho como líder da bancada do PMDB, por certo não será diferente como líder do governo.

Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon,

com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Deputado Maurício Eskudlark, depois de uma longa caminhada de pesquisas junto ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, à Polícia Militar, à Polícia Civil, à Polícia Rodoviária Estadual e à Polícia Rodoviária Federal, concluimos, no dia de ontem, o relatório da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, no que diz respeito à dramática, funesta e lamentável combinação entre álcool e volante nas estradas de Santa Catarina.

Em primeira mão, deputado Manoel Mota, que preside esta sessão, quero ler alguns números v que preocupam, mas que apontam algumas soluções. Na verdade, o objetivo desse relatório que estamos entregando aos catarinenses, era avaliar o funcionamento das políticas públicas de repressão e punição aos motoristas infratores, fornecendo também elementos para a sociedade debater o tema, identificar as deficiências e apontar possíveis soluções. Como disse, esse é um relatório que foi acumulado ao longo dos 12 meses de 2012, com abrangência nos 293 municípios do estado.

Há alguns dados interessantes. Por exemplo. Municípios em que a PM tem bafômetro: apenas 73! Portanto, 222 municípios de Santa Catarina não têm bafômetro, deputado Maurício Eskudlark. A Polícia Militar de Santa Catarina tem 124 bafômetros. Apenas 124 unidades de bafômetros!

As Guardas Municipais, existentes em algumas cidades como, por exemplo, Blumenau e Florianópolis, têm apenas sete unidades de bafômetro; a Polícia Rodoviária Estadual tem somente 46 unidades e a Polícia Rodoviária Federal, 54 unidades. Isso significa que temos, nas estradas federais e estaduais, a média de um bafômetro para cada 800km de estradas em Santa Catarina. Já no perímetro urbano, há um bafômetro para cada 29.896 veículos. É muito, muito pouco!

Nesse rápido levantamento junto também ao Poder Judiciário, chegamos à conclusão de que há 3.253 processos para suspensão de CNH em 2012, o

que não significa suspensão, apenas o processo para uma eventual suspensão.

Já o Ministério Público Estadual apresentou os seguintes números: 4.326 embriagados, 760 homicídios, sendo 701 com lesões corporais. O Poder Judiciário contabilizou desde 2009 - e fizemos o acompanhamento dos anos de 2010, 2011 e 2012 - 5.300 condenações por crime no trânsito e há 5.419 processos em andamento.

De tudo isso, sras. e srs. deputados, constatamos algumas deficiências:

- Ausência de blitz da Lei Seca, com realização diária em todos os municípios;
- 222 municípios não possuem bafômetro;
- 24 municípios não flagraram nenhum motorista embriagado em 2012;
- 174 municípios flagraram menos de 12 motoristas embriagados durante o ano;
- 3.253 processos de suspensão de CNH foram instalados em 2012.

É o seguinte o ranking negativo das cidades catarinenses, em termos de casos de motoristas flagrados em estado de embriaguez:

- 10º lugar: Balneário Camboriú, com 269 casos;
- 9º lugar: Rio do Sul, com 276 casos;
- 8º lugar: Palhoça, com 288 casos;
- 7º lugar: Chapecó, com 328 casos;
- 6º lugar: Lages, com 371 casos;
- 4º lugar: Jaraguá do Sul, com 460 casos;
- 3º lugar: Brusque, com 472 casos;
- 2º lugar: Florianópolis, com 500 casos; e
- 1º lugar: Blumenau, com 967 casos, infelizmente.

Diante disso, fizemos algumas propostas que rapidamente gostaria de declinar aos srs. deputados e à sociedade catarinense.

- Dotar todos os municípios de equipamentos para aferição de alcoolemia, os bafômetros;
- Implementar operações ostensivas, a famosa blitz da Lei Seca, com ações diárias, com ênfase nos corredores de acesso a casas

noturnas e bares, em horários compatíveis com o funcionamento desses estabelecimentos, como mecanismos de repressão e pedagógico;

- Adotar ações permanentes de educação com ênfase aos veículos de comunicação;
- Implementar programas educativos em escolas;
- Implementar programas educativos de trânsito nas empresas;
- Capacitar permanentemente os agentes de fiscalização, com a finalidade de evitar falhas no registro das ocorrências, garantindo a efetiva aplicação das sanções administrativas e judiciais;
- Reforçar o efetivo de servidores responsáveis pelos processos administrativos, garantindo celeridade na aplicação das devidas sanções; e
- Criar um cadastro unificado de estatística de trânsito, integrando todos os municípios com informações de ocorrências, punições administrativas e judiciais, número de infratores e vítimas, com acesso público pela internet.

É claro que sabemos que não cabe ao Legislativo Estadual debater ou propor temas envolvendo a legislação ou mesmo o rigor da legislação. Isso compete ao Congresso Nacional, ao Denatran. Compete, sim, a este Parlamento fiscalizar como estão sendo executadas as políticas de educação, fiscalização e repressão à prática de dirigir alcoolizado. Por fim, averiguar se de fato o estado disponibiliza estrutura para o cumprimento da lei.

Vou passar aos srs. deputados um relatório completo de todos os 293 municípios de Santa Catarina onde eventualmente ocorreu, como disse, essa trágica combinação de álcool e direção.

É mais um passo que a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas dá no sentido de termos de fato uma Santa Catarina sem drogas, inclusive sem álcool.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) -

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e da nossa Rádio Alesc Digital, faço uso da tribuna na tarde desta quarta-feira, com muito prazer e satisfação, tendo em vista que há 14 anos e meio adentramos a este Parlamento e o nosso primeiro discurso nesta Casa foi em defesa da matriz energética no país, ou seja, a inclusão do carvão mineral nos leilões da Eletrobrás, visando dar segurança jurídica à indústria nacional. Por 14 anos os nossos discursos foram praticamente em vão e muitas vezes olhados de uma forma equivocada por parte de alguns que sempre entenderam que o carvão era o patinho feio desse processo.

Ontem tive o prazer de presenciar a posse do novo presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Carvão, em Brasília, deputado Afonso Hamm, juntamente com o presidente Joares Ponticelli e com os deputados Manoel Mota, Silvio Dreveck e Pedro Westphalen, que é o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Na comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo eminente deputado federal Edinho Bez, tivemos a satisfação de receber 214 assinaturas, 200 deputados federais e 14 senadores, pedindo a sensibilidade do governo federal para a inclusão do carvão mineral na matriz energética do país. E obtivemos, através do ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, a sinalização positiva por parte da presidente Dilma Rousseff.

Deputado Kennedy Nunes, v.exa conhece bem o sul de Santa Catarina e sabe que o carvão foi a válvula de escape nos momentos de guerra, de confronto, que esta nação enfrentou. Sabe também que o carvão era a fonte da energia que tocava as máquinas a vapor, as siderurgias. No entanto, com a era Collor o carvão foi relegado a segundo plano, ressurgindo somente agora.

Srs. deputados, não entendíamos a situação, porque estávamos na contramão da história, haja vista que 41% da matriz energética do mundo estão assentados no carvão. Além disso, um país que se coloca como ambientalmente correto, a Alemanha, que é referência para o mundo, fechou suas usinas nucleares e inseriu na sua matriz energética mais 5.700 megawatts de potência/hora através do carvão, representando 49% da sua matriz energética. Nos Estados Unidos ultrapassa esse percentual chega a 50%, na China, a 80% e na Polônia, a 98%.

As estatísticas mostram que em 2022 o carvão vai sobrepor-se ao petróleo no mundo e nós temos um pré-sal catarinense, gaúcho e paranaense a ser explorado sem precisar fazer o rateio de quota com os demais estados da federação, além dos subprodutos agregados a essa cadeia produtiva, como o sulfato de amônia, que importamos da Rússia. O Brasil produz 190 milhões de toneladas de grãos. Esse país, que é um esse celeiro que vai ser tornar referência no planeta, precisa de fertilizantes que estão agregados à estrutura física dos subprodutos da cadeia do carvão.

O carvão produz ainda a cinza para as cimenteiras, para a fabricação de blocos para a construção civil, além da energia e da queima do lixo urbano, que é um problema grave, crucial, permanente e crescente no dia a dia das pequenas, médias e grandes cidades deste imenso país.

Tive a satisfação de estar em Brasília com v.exa., deputado Manoel Mota, e preciso parabenizar o presidente desta Casa, juntamente com o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que encamparam essa batalha na agenda positiva desta Casa. Em primeiro lugar, com o manifesto e a ação contra as drogas, que dizimam inúmeras famílias neste país; na sequência, a reforma do Código Florestal; e agora, a bandeira em defesa do carvão, com a qual v.exa., deputado Manoel Mota, tem contribuído muito.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Cumprimento v. exa. deputado Valmir Comin, e gostaria de dizer que a participação catarinense em Brasília foi grande e fundamental. Penso que devido a uma pressão muito forte, o ministério abriu a possibilidade de o carvão entrar nos leilões da Eletrobrás para darmos perspectiva e esperança aos três estados do sul.

A Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Mineral, envolvendo mais de 200 pessoas, entre deputados estaduais, federais e senadores, constitui uma força significativa na busca de resultados, que são fundamentais. Isso abriu uma esperança nova para que o carvão mineral possa retornar ao comércio e para que as usinas possam gerar emprego, renda e qualidade de vida. Essa é a grande luta!

Por isso, parabéns, deputado Valmir Comin!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Preciso aqui, até por uma questão de justiça, registrar que o deputado Dóia Guglielmi esteve também presente em Brasília, ele que faz parte da nossa comissão.

Penso que esse é um grande momento, representa a quebra de paradigmas e uma grande oportunidade de agregação de valor, emprego e renda ao nosso povo, assim como o aquecimento da economia, não apenas do sul de Santa Catarina, mas também do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Valmir Comin, é bom ver um parlamentar defendendo com tanto conhecimento as questões da nossa terra.

Fico contente em lembrar que meu pai era mineiro, lá em Criciúma. Sou filho de mineiro, então, essa questão para mim é muito forte.

Esta Presidência registra a presença dos seguintes vereadores da cidade de Sombrio: Ademir Cardoso, Edson Martins da Rosa e José Antônio da Silva.

Sejam bem-vindos!

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria de aprofundar um pouco mais as discussões que tivemos hoje na comissão de Constituição e Justiça, oportunidade em que substituí o deputado Dirceu Dresch, que está em viagem pelo oeste do estado, acerca do empréstimo do governo do estado, no valor de R\$ 3 bilhões, junto ao BNDES, avalizado pelo governo federal.

Isso faz parte de uma construção política que envolveu o governo federal e o governo do estado à época da Resolução n. 01 do Senado Federal, que proibiu o estado de Santa Catarina de fazer uma medida claramente legal, é preciso que se lembre disso, que foi tomada fora do Conselho de Secretários da Fazenda, o Confaz, e que, portanto, padecia de ilegalidade, mas que acabou convertendo-se numa forma importante de arrecadação para o município.

Logo mais teremos também que lidar com a discussão da unificação do ICMS e as duas questões juntas, é óbvio, trazem uma mudança de paradigma de arrecadação para o estado de Santa Catarina. E é sobre isso que gostaria de me pronunciar, hoje.

O primeiro assunto é a questão dos R\$ 3 bilhões, essa medida compensatória que foi construída em acordo com o governo federal, sobre os quais a Assembleia Legislativa precisa ter mais domínio sobre sua destinação.

Hoje o novo líder do governo, que quero saudar da tribuna, deputado Aldo Schneider, comprometeu-se, no âmbito da comissão de Justiça e da comissão de Finanças, com o fato de que o governo poderá dizer-nos para onde vão esses recursos. O líder do governo também esclareceu que essa verba já está dividida em áreas, mas queremos conhecer os projetos. Não queremos saber quanto vai para a área da segurança, mas em que ações na área da segurança determinado valor vai ser alocado.

É importante lembrar que quase R\$ 1 bilhão é para pagamento de dívida da Celesc e que é

importante que isso aconteça também porque o estado de Santa Catarina vinha pagando muitos juros. Então, trata-se de um pouco mais de R\$ 2 bilhões sobre os quais precisamos ter convicção de onde vão ser alocados e em que grandes questões de Santa Catarina vamos conseguir avançar.

Quero novamente falar - e vamos estudar melhor esse assunto na Páscoa para poder tratar com mais segurança a partir da semana que vem - do meu absoluto convencimento de que a Assembleia Legislativa tem que se debruçar com mais detalhamento acerca do debate nacional sobre os *royalties* do petróleo.

Já estamos discutindo como aplicar. A grande discussão agora é aplicar na educação, particularmente educação e saúde são temas que têm sido recorrentes na aplicação desse dinheiro. Mas temos, em Santa Catarina, que ter mais protagonismo nesse debate.

O estado do Rio de Janeiro vai perder arrecadação. E digo que vai perder, em tese, porque é um patrimônio do povo brasileiro, mas durante muitos anos apenas alguns estados tiveram acesso a ele. Precisamos ter a mesma força que o Rio de Janeiro e o Espírito Santo tiveram nesse debate, criando a convicção de que de fato deve ser assim.

Eu vi alguns jornalistas reproduzindo atos no Rio de Janeiro em defesa da manutenção desse patrimônio do povo brasileiro apenas para o estado do Rio de Janeiro. Nós aqui ficamos silentes? E esse nosso silêncio vai dando a convicção de que não precisamos desse dinheiro ou de que não nos importamos com esse debate.

Em médio prazo, enfrentaremos um momento fiscal no estado de Santa Catarina muito grave em virtude das modificações feitas no cenário nacional, mas, em particular, pela forma com que o estado de Santa Catarina foi conduzido, particularmente na última década, quando tivemos uma política em relação aos servidores públicos que foi a de privilegiar determinadas categorias e não uma política geral que pudesse promover o serviço público como um todo.

Na verdade, somente se privilegiou alguns feudos, criando - e já falei isso da tribuna - alguns incentivos fiscais que ao menos a luz de hoje, partindo do pressuposto da boa fé, são inexplicáveis, como, por exemplo - e também falei ontem -, o benefício fiscal que existe no estado de Santa Catarina para importar lanchas. Qual o interesse público que há para importar lanchas? Até porque, independentemente da discussão de quem é o consumidor desse mercado de lanchas, temos no estado de Santa Catarina quem tenha esse produto à disposição. Portanto, menos ainda caberia qualquer incentivo para importar lanchas.

Temos uma série de benefícios fiscais inexplicáveis no estado de Santa Catarina e precisamos botar a mão na cumbuca. E vai ser agora. Porque ou nós fazemos agora com tempo para pensar, ou a urgência da nova situação fiscal vai nos empurrar a fazer de qualquer jeito, do jeito que der.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito bem, deputada, boas palavras. Acho que essa cumbuca é boa para se botar a mão mesmo.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sras. deputadas, imprensa que acompanha esta sessão, amigos, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Em nome da nossa bancada, com a aquiescência do deputado Dado Cherem, do deputado Serafim Venzon e do deputado Nilson Gonçalves, venho aqui fazer uma reflexão sobre o Dia Internacional da Água.

Nós entendemos, dentro da nossa bancada, importante fazer esta manifestação no dia de hoje até para chamar a atenção dos catarinenses e do Parlamento em relação a esse assunto.

(Passa a ler.)

"A data foi criada pela Organização das Nações Unidas, a ONU, há 20 anos, para estimular a reflexão e a mudança de atitude em relação aos recursos naturais mais importantes para a humanidade. Por isso a necessidade de enfatizar a cooperação para a gestão da água potável.

Em muitas regiões a água é cada vez mais escassa, devido ao crescimento populacional, à urbanização, à poluição, ao desenvolvimento econômico e às mudanças climáticas.

De acordo com a ONU, cerca de um bilhão de pessoas não têm acesso à água suficiente para atender às necessidades diárias de consumo e higiene. Para viver com dignidade, uma pessoa necessita de 110 litros de água por dia. Segundo projeções das Nações Unidas, em 2025, 1,8 bilhões de pessoas terão carência absoluta de água, dois terços da população mundial viverão em países com sérios problemas de abastecimento, especialmente na África, no Oriente Médio e na Ásia.

Hoje, a disparidade entre os países é grande. Nos Estados Unidos, a média de consumo é de 300 litros/dia por pessoa. Na Europa, 200 litros e no Brasil, 150 litros. A África Subsaariana consome entre 10 e 20 litros/dia. De acordo com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), gastar mais de 120 litros de água por dia é desperdiçar recursos naturais.

O Brasil é o país que mais possui água doce, 12%, de todas as fontes mundiais. Do universo de 100% de água do planeta, 97% são de água não potável, ou seja, água salobra, água salgada. Apenas 3% poderiam ser para consumo. Desses 3%, 2,5% pertencem aos Árticos, ou seja, são águas congeladas, e apenas 0,5% é água potável, água para o consumo, Desses 0,5%, o Brasil tem 16%.

O Sistema Aquífero Guarani é um dos maiores reservatórios subterrâneos de água doce do mundo e possui alto valor estratégico, pois está em região com grande demanda de água. Abrange parte do território do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

Em 2010, os quatro países assinaram um acordo

para ampliar os níveis de cooperação científica sobre o sistema e criar mecanismos de gestão compartilhada dos recursos hídricos. O acordo foi aprovado pela Argentina e pelo Uruguai, mas precisa ser votado pelos parlamentos brasileiros e paraguaios.

No Brasil, a reserva estende-se por Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Mas a questão não é só ter água, mas também ter água de qualidade. A ONU estima que 3.900 crianças morram por dia de doenças relacionadas com água suja. Ao todo, 1,8 milhão de pessoas morrem todos os anos de diarreia e de outras doenças como a cólera, e cerca de 2,6 milhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico.

No Brasil, a situação também deixa a desejar. O censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, apontou que 15,1% das crianças brasileiras na faixa de 0 a 4 anos vivem em áreas em que o esgoto corre a céu aberto.

Mas não basta apenas coletar o esgoto, é preciso tratá-lo. De 1995 a 2005, o percentual de esgoto tratado em relação ao coletado passou de 8,7% para 61,6%. Mas o número alto pode enganar, porque o IBGE se refere ao percentual de esgoto tratado em relação ao coletado. Portanto, o valor elevado pode ser em decorrência de uma baixa coleta de esgoto. Além de não coletar e tratar o esgoto, o Brasil também não fiscaliza a qualidade de água.

Em Santa Catarina há 16 comitês de bacias hidrográficas em atividade. Os comitês são formados por 40% da sociedade civil, 40% das empresas usuárias ou consumidoras e 20% do setor público, estadual e federal. Participam dos comitês mais de 700 membros titulares e 700 membros suplentes, num total de 1.400.

Faço esse registro porque esses comitês têm sido importantes, já que têm trabalhado não apenas alertando a população, mas também conscientizando a comunidade e as autoridades das necessidades essenciais para que as nossas bacias hidrográficas sejam acompanhadas, sejam fiscalizadas.

Vamos realizar na Assembleia Legislativa, neste ano, a Semana do Meio Ambiente, um grande encontro brasileiro sobre a água, sobre o saneamento, liderado pelos nossos comitês de bacias.

Recentemente, em Cuiabá ocorreu o 14º Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas e um exemplo bem sucedido de Santa Catarina foi destaque. Trata-se da bacia do Comitê do Rio Timbó, lá de Porto União, na região de Canoinhas, que recebeu destaque naquele encontro brasileiro porque tem feito um trabalho exemplar com crianças e estudantes.

Também é importante salientar a parceria da secretaria de estado e Desenvolvimento Econômico e Sustentável, por meio da diretoria de Recursos Hídricos e do Fundo CT-Hidro, que tem ajudado os nossos comitês com recursos financeiros anuais para a sua manutenção. Mas falta muito a fazer em termos de recursos hídricos e desenvolvimento sustentável em nosso estado.

Queria também lhes dizer que quando fui presidente da UPM liderei, junto a essa instituição, um movimento chamado Bacia do Rio Uruguai, que trabalhava a conscientização e a importância dessa bacia hidrográfica, que tem mais de 1.700km de extensão e cujas nascentes ficam todas em nosso estado, especialmente na serra catarinense, onde nascem os primeiros afluentes do rio Uruguai. Num grande encontro, no ano passado, em Itá, em Santa Catarina, que se repete nesta semana numa cidade do Uruguai, discutiu-se a importância do rio Uruguai.

Os filósofos, os historiadores, enfim, todos aqueles voltados à área social, à área cultural e também à questão do meio ambiente, falam que as guerras do futuro, deputado Valmir Comin, não serão mais ideológicas, nem pelo controle do petróleo, mas pela disputa da água.

E o sul do Brasil, especialmente Santa Catarina, tem o poder de decidir o futuro da humanidade. É cada vez mais importante essa conscientização e a Assembleia Legislativa, que já tem feito um papel importante nesse processo de

discussão, precisa estar atendida com todos os movimentos que trabalham a questão da água e a sua importância.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não, deputado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa. por esse tema importante que aborda. Hoje pela manhã acompanhei as notícias e a discussão no Brasil inteiro versava sobre a água, sua qualidade e o seu desperdício.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado e parabéns pelo tema, deputado Gilmar Knaesel.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença de três vereadores de Sombrio: José Antônio da Silva, o Zezinho, Edson Martins da Rosa, o Som, e Ademir Cardoso, o Dime, que vieram à capital a trabalho.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, aproveitando o gancho do deputado Manoel Mota, também tenho o prazer de anunciar a presença do prefeito Éder Ivan Marmitti, do PSDB, do vice-prefeito Celso Antônio Fazzioni, de Sul Brasil, que vêm acompanhados do assessor da prefeitura, Zaire de Almeida, e de Herculano Tim da Costa, de Modelo, filho do saudoso deputado Celso Ivan da Costa.

Eles estão nesta cidade passando o chapéu como

todo mundo faz e tenho certeza de que o chapéu voltará se não cheio, mas pela metade, porque o governador tem boas intenções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Sejam bem-vindos a esta Casa.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero registrar a presença da vereadora Márcia Soares e do vereador Geraldo Weber, que juntamente com mais três vereadores de outros partidos compõem o bloco de cinco vereadores da Câmara Municipal de Itapoá.

Tivemos a oportunidade de almoçar juntos e disse-lhes que esta Casa está sempre aberta, à disposição dos representantes do povo querido de Itapoá.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Coisa boa ver os deputados tratando bem os vereadores, prefeitos e vice-prefeitos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, nobre líder do governo, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, na esteira dos cumprimentos, gostaria de saudar o prefeito Naudir Antônio Schmitz, de Alfredo Wagner; os jornalistas César Neves e Aldo Gislou, do *Jornal Riosulense*, de Rio do Sul; e o vereador Cariso Sávio Giacomini, também de Rio do Sul.

Além disso, de forma muito carinhosa gostaríamos de registrar os 79 anos da cidade de Ibirama, completados no último final de semana. Trata-se da cidade em que moro, que é o centro da minha região política.

Mas o que me traz a esta tribuna neste momento, sr. presidente, é o convite que o governador nos fez no dia de ontem.

(Passa a ler.)

"No dia de ontem este deputado foi convidado pelo governador Raimundo Colombo para exercer a função de líder de governo neste Parlamento. O convite foi feito em reunião que contou com a participação do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, do colega Edison Andrino e do secretário da Casa Civil, Nelson Serpa. Foi uma reunião que selou a passagem dessa relevante função até então exercida com muita competência pelo deputado Edison Andrino, que esteve presente na Casa d'Agrônômica, demonstrando seu elevado grau de responsabilidade para com o exercício da liderança de governo, mesmo a poucas horas da comunicação da morte de seu pai, o sr. Andrino Adrião de Oliveira, um expoente da comunidade da Lagoa da Conceição, que faleceu na madrugada de ontem, aos 92 anos.

Cito essa passagem para dar noção do que é para nós o exercício de uma função delicada e de alta responsabilidade, como é a de líder do governo. Muitos desconhecem o que faz um líder do governo, e devo esclarecer que, a partir de agora, se sempre tivemos por hábito desdobrar-nos para atender todos que nos procuram, esse esforço será redobrado, pois teremos a missão de manter as portas do nosso gabinete parlamentar permanentemente abertas para todos os que necessitem do diálogo acerca de projetos e ações que sejam do interesse público e tenham o governo estadual como protagonista.

O líder é escolhido pelo governador para representar o seu governo nesta Casa; o líder encaminha as votações e deve dialogar permanentemente com a base de governo e com a Oposição; o líder precisa saber conciliar interesses, distender, mas também deve ser um interlocutor atento aos interesses do Parlamento, ou seja, o líder de governo faz a ponte entre os interesses do governo, dos deputados e da sociedade. E é isso o que me proponho fazer.

Por isso, ao aceitar a missão que me foi confiada pelo governador Raimundo Colombo e pelo vice-governador, disse-lhes que por minha origem e

minhas características pessoais eles poderiam contar com a minha irrestrita lealdade, pois sempre seria prestativo e trabalhador, mas também muito chato, no bom sentido, quando precisar defender os interesses deste Parlamento. E pedi-lhes para contar com o seu aval para falar, se houver necessidade, em igualdade de condições com secretários de estado para defender colegas deputados e suas posições, se for o entendimento necessário para lidar com alguma situação delicada.

Quero, por isso, assumir o compromisso com todos os meus pares nesta Casa de ser um líder de diálogo, que é a condição essencial da vida parlamentar. Também asseguro que serei franco, quando houver necessidade, para dizer que nessa ou naquela posição não será possível transigir, procurando sempre apresentar as razões.

Quero aproveitar para agradecer de público a confiança em mim depositada pelo governador Colombo e pelo vice-governador, pois este é o meu primeiro mandato nesta Casa. Eles me confiaram uma missão e pretendo corresponder, vou desdobrar-me, se houver necessidade, para dar conta desse desafio.

Tenho merecido importantes votos de confiança, a começar pelos eleitores que acreditaram em mim e deram-me a oportunidade de estar neste Parlamento. Mais recentemente, no ano passado, foi a vez de meus colegas do PMDB me escolheram líder da bancada com maior número de parlamentares nesta Casa. Naquela ocasião pude perceber a responsabilidade que envolve liderar líderes.

Agora surge outro desafio, o de ser líder do governo, que é o representante do Executivo nesta Casa e que precisa fazer costuras com todas as bancadas e com o próprio governo. Vou especializar-me em trabalhar com agulha e linha, mas antes de qualquer coisa pretendo escutar muito mais do que falar.

Quero também reverenciar a figura ímpar do líder do governo que me antecedeu, o deputado Edison Andrino, um parlamentar muito experiente, amigo e conselheiro, que preferiu abrir mão dessa

missão porque entendeu que o governador Raimundo Colombo deveria ter como líder um parlamentar que estará nesta Casa até o final do mandato.

Foi uma decisão que respeito, embora entenda que ele, com sua larga experiência na vida pública, homem que já foi vereador e prefeito da capital, deputado federal e aqui exerce seu terceiro mandato, era a pessoa certa na liderança.

Peço então ao prezado deputado Edison Andrino, que está enlutado pela morte de seu pai, que continue sendo parceiro e conselheiro deste deputado.

Agradeço também à minha bancada, a qual consultei antes de aceitar o convite do governador, por entender que ao PMDB devo minha trajetória pública e que o convite não se restringia à figura deste deputado, mas ao grupo formado pelos parlamentares peemedebistas.

Quero aproveitar para lembrar uma curiosidade, que é o fato de o PMDB estar alcançando a marca de uma década de exercício contínuo da liderança do governo nesta Assembleia Legislativa. Começou com o então deputado Herneus de Nadal, hoje conselheiro do Tribunal de Contas, que foi escolhido pelo governador Luiz Henrique em 2003. O hoje senador Luiz Henrique, ainda em seu primeiro mandato como governador, escolheu o então deputado João Henrique Blasi, hoje desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para substituir Herneus. Adiante, quando Blasi foi escolhido desembargador como representante do quinto constitucional, por ser um brilhante advogado, foi a vez de ser escolhido líder do governo o deputado Elizeu Mattos, hoje prefeito de Lages.

O então deputado Elizeu Mattos viveu uma experiência inusitada, acho que inédita neste Parlamento, tornando-se sucessivamente líder dos governadores Luiz Henrique, Leonel Pavan e Raimundo Colombo. Com sua eleição para prefeito de Lages, no ano passado, foi escolhido o deputado Edison Andrino como líder do governo.

Então, sras. deputadas e srs. deputados, vejam a responsabilidade que tenho com essa quase

tradição que tantos governadores transmitiram aos peemedebistas. Quero aproveitar, inclusive, para dirigir minhas palavras finais aos peemedebistas em geral, mas especialmente aos prefeitos e vice-prefeitos do meu partido, que amanhã estarão reunidos na capital: o governador Raimundo Colombo acredita na parceria com o nosso partido, tem a forte disposição de ajudar todas as nossas administrações municipais, pois entende que o PMDB é parceiro de primeira hora, é o grande copartícipe da administração estadual, que este ano fará inúmeras realizações em todas as áreas.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., deputado Aldo Schneider, e dizer que o alto vale enviou para cá algumas pessoas que marcaram esta Casa. Primeiramente, o amigo João Matos, que foi eleito duas vezes líder da bancada e fez um trabalho extraordinário. Depois mandaram o Peninha, que foi líder da bancada e fez um grande trabalho nesta Casa. E agora manda o deputado Aldo Schneider, que fez um grande trabalho como líder da bancada e com certeza será um excelente líder do governo.

Nós, do PMDB, estamos orgulhosos e queremos somar para dar condições de trabalho ao governo, a fim de que ele alcance o seu grande objetivo que é fazer grandes ações e obter resultados para o povo de Santa Catarina.

Parabéns, deputado!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, para aqueles que não o conheciam, certamente foi uma grata surpresa tê-lo como companheiro nesta Casa pela sua qualidade e forma de atuar. Para aqueles que já o conheciam, trata-se apenas da confirmação da sua forma de atuar. Agora, como líder do governo, terá o seu nome estadualizado, com certeza absoluta.

Quero dizer que atuaremos de forma tranquila

com v.exa. e augurando-lhe um mandato como líder do governo exitoso. Tenho certeza absoluta de que o governo será muito bem defendido, muito bem representado nesta Casa, através de v.exa., que já demonstrou todas as suas qualidades.

Quero aproveitar o ensejo, deputado, e citar a presença do nosso presidente Jorginho Mello, que se encontra no plenário. Ele estava com muitas saudades desta Casa. Eu estou achando que ele quer voltar, inclusive. Ele, que já foi presidente desta Casa, hoje é presidente do PR e muito bem nos representa na Câmara Federal.

Deputado Jorginho Mello, v.exa. sabe que sempre terá um lugar nesta Casa. Conte conosco sempre que precisar!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a sua manifestação, deputado, e também cumprimento o deputado Jorginho Mello, que tão bem representa no Congresso Nacional os interesses do oeste do estado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Quero parabenizá-lo, deputado, pelo trabalho que realizou como líder da bancada do PMDB e dizer-lhe que vamos ajudá-lo a fazer com que a sua liderança seja profícua.

Gostaríamos também de saudar o deputado Jorginho Mello.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, a região do alto vale do Itajaí sente-se honrada com o convite que o governador lhe fez e em nome da bancada do PSD queremos desejar que não lhe falte capacidade, que não lhe falte estratégia, que não lhe falte determinação para cumprir essa árdua e difícil missão.

Parabéns e sucesso!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação do eminente deputado e insiro a sua manifestação em nosso discurso.

Eu gostaria de finalizar dizendo que essa missão não é única e pertence a todos que se elegeram para estar nesta Casa. Obviamente alguém se destaca, em algum momento, seja na condição de líder de bancada, do governo ou das oposições, mas todos têm um papel fundamental, que é representar os reais interesses do povo de Santa Catarina.

Então, a todos os meus agradecimentos. Com certeza teremos muito trabalho até concluir os nossos mandatos, sempre defendendo os interesses da sociedade catarinense!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência também quer cumprimentá-lo, deputado Aldo Schneider.

Eu tive a oportunidade de exercer, num período, a liderança do governo nesta Casa e sei quão espinhosa é a missão. Mas dada a grande experiência que v.exa. adquiriu pela boa condução da maior bancada nesta Casa, que é a bancada do PMDB, não tenho dúvida de que v.exa. se credenciou para assumir tão destacada e importante função.

Muito sucesso nessa missão que lhe foi confiada pelo governador Raimundo Colombo e pelo vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, inicialmente, quero aproveitar e parabenizar o deputado Aldo Schneider. Não acho que a missão seja tão difícil, porque o governo está investindo muito no estado de Santa Catarina e tem mandado para esta Casa projetos de interesse da população.

Sabemos que as dificuldades que aparecerem serão superadas por v.exa., que tem a competência, a dedicação e o empenho de um grande líder, em quem sempre nos espelhamos nesta Casa.

Quero ainda saudar o meu amigo Sérgio Inthurn, o Abacaxi, como é conhecido carinhosamente, de Itajaí, que juntamente com o Wagner faz uma visita

ao Parlamento catarinense.

No momento em que são anunciadas mais obras no litoral e por todo o estado de Santa Catarina, principalmente na área da segurança, é bom que se esclareça aqui que, segundo estudos recentes, a grande causa do aumento da criminalidade, deputado Antônio Aguiar, não é a pobreza, mas a impunidade.

O governo do estado está investindo muitos recursos na área da segurança dentro do Pacto por Santa Catarina. O governador Raimundo Colombo, através da secretaria de Justiça e Cidadania, determinou a realização de obras para ampliação do número de vagas no sistema prisional do estado. Teremos aumento do número de vagas nas penitenciárias de Itajaí, Joinville, Tubarão, Curitibanos e São Lourenço do Oeste, que em questão de sistema prisional é um dos locais mais carentes do nosso estado. Os presos lá são transportados diariamente, quando há alguma audiência, por mais de 200km.

Então, são importantes esses investimentos. O estado voltou a ter a tranquilidade e a calma que sempre mereceu e é importante que o governo faça todos esses investimentos na área da Justiça e Cidadania e da Segurança Pública, a fim de manter o título de estado mais seguro e com menor índice de criminalidade do país.

Gostaria de registrar também que recebemos em nosso gabinete a ex-vereadora e ex-prefeita Márcia Silvana dos Santos, de Abelardo Luz; o sr. Selvino, que é tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; e o vereador Vilmar Rosa de Oliveira, que vieram entregar uma cópia de um documento da Câmara de Dirigentes Lojistas daquela cidade, que está preocupada com a segurança.

Em Abelardo Luz foi construída uma nova delegacia de Polícia em 2010, quando ocupávamos a chefia da Polícia Civil. Com uma população de quase 20 mil habitantes, o município tem hoje 14 policiais militares e sete policiais civis, ou seja, deputado Antônio Aguiar, a maior média de policial civil e militar do estado.

Mas toda a sociedade de Abelardo Luz solicita a ampliação do sistema de monitoramento por

câmera.

Segundo conversa que tivemos há poucos dias com o secretário de Segurança Pública, nos próximos dois anos o governo pretende que praticamente todos os municípios do estado contem com esse sistema de segurança. As grandes cidades têm recebido algumas câmeras com recursos de convênios e participação dos próprios municípios.

O presidente do CDL de Abelardo Luz, Sérgio Muniz, o delegado da comarca, João Luiz Mioto, o presidente da Câmara Municipal, vereador Paulo Andretta, além de vários presidentes de entidades civis, participam do movimento em prol da instalação de câmeras de monitoramento naquela cidade.

Sr. presidente, tivemos uma boa notícia para a região de Balneário Camboriú, nessa semana. A Autopista Litoral decidiu não fechar o acesso sul àquele município, o que acarretaria grandes transtornos a toda a população local. Até acompanhei um estudo da Polícia Rodoviária Federal acerca do número de acidentes e das dificuldades do acesso. Mas se ficarmos somente com um acesso vamos piorar a situação e vamos ter o aumento do número de acidentes. O que precisamos ali é de um trabalho de melhor sinalização de redução de velocidade no cruzamento urbano do município de Balneário Camboriú.

Parabenizo o sr. Auri Pavoni, que é o secretário do Planejamento de Balneário Camboriú, o vereador Pedro Francês e os demais colegas de Câmara Municipal que trabalharam nessa questão.

Tivemos uma bela explanação do deputado Ismael dos Santos acerca da questão álcool mais direção. Realmente estamos produzindo uma geração de vítimas do trânsito, uma geração de amputados, de traumatizados. É claro que isso está associado à imprudência, ao uso de drogas, ao uso de álcool.

Pretendemos, na próxima reunião da comissão de Segurança Pública, deputada Ana Paula Lima, começar a debater esse assunto para chamar a atenção da sociedade catarinense, a fim de que a Assembleia Legislativa apoie as boas iniciativas do governo em favor da sociedade catarinense.

Acho muito interessante a realização de palestras e de cursos em todo o estado, com a participação dos CFCs - Centros de Formação de Condutores -, com o intuito de discutirmos com a sociedade a questão e diminuirmos o número de vítimas de acidentes.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Estamos todos felizes e esperançosos com a sua assunção à presidência da comissão de Segurança Pública, porque v.exa. é delegado de carreira e tem uma longa folha de trabalhos prestados nessa área para o estado de Santa Catarina.

Eu quero colaborar com a sua exposição, porque v.exa. fala da preocupação com a segurança pública de Santa Catarina. E quero informar que o jornal *O Globo* fez um ranking dos estados do Brasil e mostrou que Santa Catarina é o estado que tem o maior número de presos trabalhando.

Não havia, até o início do governo Raimundo Colombo, preso algum trabalhando, deputado Nilson Gonçalves, e agora há seis mil. O preso tem que trabalhar, tem que produzir, porque isso ajuda no seu processo de ressocialização.

Portanto, deputado Maurício Eskudlark, quem sabe possamos debater também as questões boas do governo, os avanços, e, como foi dito há pouco, se não me engano, pela deputada Ana Paula Lima, o governo vai construir mais presídios. Presídios agrícolas, presídios industriais, como é o caso do presídio de Joinville, deputados Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves, que é o melhor do Brasil, talvez um dos melhores do mundo, um presídio onde os apenados produzem e têm suas penas reduzidas.

Agora, são muitos presos. Há dez anos tínhamos cinco mil apenados, deputado Nilson Gonçalves, hoje temos mais de 15 mil. É muita gente na cadeia, a delinquência é muito grande, por isso tenho a impressão de que temos que trabalhar a família, os valores fundamentais, a prevenção às drogas, porque essas são efetivamente as causas da

criminalidade no Brasil.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado pelo aparte, deputado Darci de Matos. Realmente, como v.exa. falou, temos exemplos bons e também exemplos negativos. O município de Joinville tem a penitenciária industrial, que é um exemplo na recuperação do apenado, mas há presídios terríveis, simples depósitos de seres humanos. O presídio de Joinville há anos é referência no Brasil, demonstrando que a participação da iniciativa privada pode ajudar e dar grandes resultados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, deputado Joares Ponticelli, os srs. deputados, as sras. deputadas.

Minha manifestação, em nome do Partido dos Trabalhadores, é no sentido de reconhecer as belíssimas experiências realizadas pelas prefeituras municipais do nosso estado, em especial a de Dionísio Cerqueira, onde estive no último sábado compartilhando uma grande conquista para a região de fronteira, que serve de exemplo para o nosso estado.

Como coordenadora da bancada feminina destaco que a exemplo do que está acontecendo em Dionísio Cerqueira, deputada Ana Paula Lima, gostaria muito que Santa Catarina pudesse ser um dos primeiros estados a ter a Casa da Mulher Brasileira dentro do programa federal anunciado pela presidente Dilma Rousseff.

Há poucos minutos falei com o governador Raimundo Colombo pedindo que agilizasse, deputada Dirce Heiderscheidt, a adesão de Santa Catarina a esse programa que prevê a concessão de R\$ 4 milhões para a construção dessa casa, na qual

todos os serviços são voltados ao combate à violência doméstica. O governador demonstrou sensibilidade, mas esperamos que essa sensibilidade se transforme em ação.

Mas levantei esse tema da Casa da Mulher fazendo uma analogia em relação ao que presenciei em Dionísio Cerqueira.

(Passa a ler.)

“No último sábado inauguramos, em Dionísio Cerqueira, o Centro de Referência e Assistência à Mulher Maria Clementina.

O Departamento de Políticas Públicas para as Mulheres de Dionísio Cerqueira foi criado em 2010. É a primeira experiência de efetivação de políticas públicas para as mulheres em Santa Catarina. Esse departamento sempre trabalhou articulado com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com entidades, com movimentos sociais, com o governo municipal e o governo federal. Em 2010 e em 2011 recebeu R\$ 120 mil do governo federal, que foram utilizados para comprar automóvel, mobília, utensílios e material informativo.

Foi realizado o primeiro Curso de Formação de Promotoras Legais Populares do Interior de Santa Catarina, formando 93 mulheres. A experiência chamou a atenção dos municípios que fazem parte dessa região trifronteira - Barracão e Bom Jesus do Oeste, no Paraná, e Bernardo de Irigoyen, na Argentina.

Também foi criado em Dionísio Cerqueira o Fórum Territorial da Mulher e realizada a I Conferência Regional e Internacional da Mulher, da qual participei.

Além de todas essas ações articuladas pelo departamento, foram realizados cursos na área da construção civil, costura, alimentação saudável, resgate de plantas medicinais, que é um tema, inclusive, corriqueiro nesta tribuna, e também das promotoras legais.

Vou mostrar agora aqui o organograma de como funciona o Centro de Referência e Assistência para Mulher Maria Clementina.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Srs. deputados, quero chamar a atenção de um item desse organograma. Sempre cobramos do governo do estado a implementação de uma política para as mulheres. Pois este é um exemplo concreto de como se articula essa política. Dentro da prefeitura há a secretaria municipal da Assistência Social, que é composta do Conselho dos Direitos da Mulher, dos departamentos, do Centro de Referência e Assistência à Mulher Vítima de Violência inaugurado no sábado, do Cras, do Creas, do departamento de Idosos, do Caps, do hospital, do posto de saúde, de todas as igrejas, associações comunitárias, clubes de serviço, promotoras legais e entidades sociais. Além disso, há uma relação com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, com a Polícia Civil, com a Polícia Militar e com o Conselho Tutelar.

Esse exemplo poderia ser adotado em todas as prefeituras deste estado.

Então, como coordenadora da bancada e também deputada dos Partidos dos Trabalhadores, quero dizer que se há em Dionísio Cerqueira a secretaria de Política para Mulheres, que neste ano completa dez anos, podemos ter essa estrutura em todas as prefeituras. Trata-se de um órgão que faz a articulação com a sociedade para proteger as mulheres da violência doméstica, para realizar cursos de qualificação técnica e profissional, para elevar os índices de escolaridade, a fim de cuidar da saúde da mulher.

Entendo que toda política social tem que visualizar a mulher, porque, como diz a nossa presidente Dilma Rousseff, quando uma mulher se levanta, todos se levantam juntos.

Eu disse para o governador que Santa Catarina pode ter isso, mas tem que ter também um órgão que articule, que chame os municípios, que ponha a questão na mesa, que traga os programas e projetos federais e que utilize essas experiências para servir como referência.

Nesta imagem temos a inauguração de um prédio no valor de R\$ 288 mil, conseguidos através de um projeto apresentado à Secretaria de Políticas para as Mulheres. Nesse centro será oferecido

assessoramento para grupos de mulheres, atendimento social, orientação e apoio ao enfrentamento à violência contra a mulher, atendimento jurídico e psicológico.

Srs. deputados, não posso deixar de registrar a pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria, de 8 a 11 de março, que constatou os índices extremamente positivos de aceitação do governo da nossa presidente Dilma Rousseff pela população brasileira. É essa presidente que está dizendo que as mulheres podem, que são capazes e estão aí para mudar o mundo. Sessenta e três por cento dos brasileiros atribuíram o conceito ótimo e bom ao governo da presidenta Dilma.

O que chama a atenção é que as áreas mais bem avaliadas são o combate à fome e à pobreza, o que, inclusive, desafia o conservadorismo de muitas lideranças. Fico feliz porque os brasileiros estão percebendo que isso faz a diferença num governo e que temos que ter qualidade de vida para todos. Outras duas áreas bem avaliadas são meio ambiente e combate ao desemprego.

Então, srs. deputados, não é por acaso que o nosso governador Raimundo Colombo está seguindo esse caminho e fazendo diversos elogios à presidenta Dilma Rousseff. Ele está querendo debater essa pesquisa e não há como negar esses números!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, pela primeira vez vejo a deputada Luciane Carminatti feliz com o governador. Que bom!

Gostaria de agradecer a presença do prefeito de Bela Vista do Toldo, Gilberto Damaso da Silveira, do vereador Osni Alberti e de toda comitiva daquele município. Sejam muito bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Quero também agradecer a presença das autoridades aqui destacadas pelo eminente deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar a presença do vereador Jeferson Luis de Oliveira, de Jaraguá do Sul, que está-nos visitando nesta tarde com sua assessoria de imprensa. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência agradece ao vereador de Jaraguá do Sul pela participação na sessão desta Casa.

Antes de iniciar a Ordem do Dia, eminentes líderes das bancadas desta Casa, gostaria de fazer um apelo.

V.Exas. receberam, assim como os demais parlamentares, um convite do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc -, dr. Glauco José Côrte, para comparecerem amanhã, às 11h45, na sede da entidade, onde será apresentada a Agenda Legislativa de 2013.

A cada ano, no início dos trabalhos da Fiesc, esse encontro é promovido. Sabemos da agenda de v.exas. no dia de amanhã, mas solicitamos o empenho e o esforço de cada uma e de cada um dos parlamentares para que possamos atender a este chamamento que nos fez o presidente Glauco Côrte, pela boa relação que esta Casa têm mantido com aquela federação.

Inclusive, deputada Ana Paula Lima, na última sexta-feira aquela federação sediou uma importante reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, comandada, com muita competência, pelo deputado Décio Lima, e vimos o quanto a federação e seus membros prestigiaram o evento.

Por isso, apelo a v.exas. que façam um esforço para estarmos no maior número possível, amanhã, na sede da Fiesc, para debatermos, recebermos e

discutirmos a Agenda Legislativa da Fiesc para o ano de 2013.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência, dado o baixo quórum, retira de pauta o Projeto de Lei Complementar n. 0001/2013, que será votado na próxima sessão.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0390/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Garuva.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0047/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que estabelece nova designação a ser adotada pelas autoridades públicas para a droga crack.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0306/2012, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que institui o Dia Estadual da Eubiose no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0035/2013, de origem governamental, que altera a Lei n. 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, no montante de até R\$ 3 bilhões, para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0122/2013, de autoria do deputado Volnei Morastoni; 0123/2013, 0124/2013 e 0125/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0126/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0127/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0128/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0129/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica que defere de plano

os Requerimentos n.s: 0185/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0186/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0190/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0191/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0192/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0193/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0194/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0195/2013, 0196/2013, 0197/2013 e 0198/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Moção n. 0013/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao senador Paulo Paim, solicitando apoio à política de valorização dos benefícios da Previdência Social.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0014/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República, ao presidente da Câmara Federal e ao presidente do Senado, manifestando apoio à Proposta de Emenda Constitucional n. 0115/2011, que isenta totalmente os medicamentos de uso humano de todo e qualquer tipo de tributos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0020/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre a distribuição e utilização dos jogos da marca *Lego* nas escolas públicas do estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0023/2013, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao secretário de estado de Comunicação, solicitando informações sobre o valor dos recursos públicos gastos pelo governo do estado em publicidade institucional para divulgar o Programa Acelera Santa Catarina nos exercícios de 2012 e 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria de solicitar que v.exa. colocasse em apreciação a redação final do PL n. 0035/2013 para que possamos resolver a questão dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência consulta os srs. líderes para saber se podemos atender ao encaminhamento feito pelo eminente deputado Aldo Schneider, dado o interesse de aprovar em redação final essa matéria para que o governo possa, ainda esta semana, assinar o contrato com o governo federal.

(Os líderes aquiescem.)

Havendo concordância de todos os líderes, encerramos a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h25, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.